



FIPMoc

DA AVALIAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO
Projeto de Avaliação Institucional das FIPMoc

FIPMOC

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

**PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
(2010)**

Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

Montes Claros – MG

Abril de 2010

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FIPMOC 2010

SUMÁRIO

1. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	5
1.1. A Avaliação Institucional no Contexto do Sistema de Avaliação do Ensino Superior	5
1.2. Avaliação, Planejamento e Recredenciamento Institucionais.....	6
2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS FIPMOC	6
2.1. Histórico da Avaliação Institucional nas FIPMOC.....	6
2.2. Princípios e objetivos da Avaliação Institucional nas FIPMOC	7
2.2.1 Princípios da Avaliação Institucional	8
2.2.2. Objetivos da Avaliação Institucional.....	10
2.3. As Dimensões da Avaliação Institucional	11
3. A OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	13
3.1. A Auto-Avaliação das FIPMoc	15
3.1.1. O que avaliar?	16
3.1.2. Quem deve providenciar as informações?	16
3.1.2.1. Corpo discente	18
3.1.2.2. Corpo docente	19
3.1.2.3. Egressos.....	19
3.1.2.4. Coordenações de Curso.....	20
3.1.2.5. Setor de Pesquisa e Pós-Graduação	20
3.1.2.6. Setor de Extensão	21
3.1.2.7. Secretaria Acadêmica.....	21
3.1.2.8. O corpo técnico-administrativo	22
3.1.2.9. Direção Acadêmica.....	22
3.1.2.10. Gestão de Pessoas	23
3.1.2.11. Vice-direção.....	23
3.1.2.12. Diretoria Financeira	24

3.1.2.13. Direção Executiva.....	24
3.1.3. Quem deve avaliar? Quem deve produzir relatórios de Avaliação da Instituição?	25
3.1.3.1. Relatório de Avaliação das Coordenadorias de Cursos	26
3.1.3.2. O Relatório de Avaliação dos Recursos Humanos	26
3.1.3.3. O Relatório da Diretoria Acadêmica	27
3.1.3.4. O Relatório da Diretoria Executiva	27
3.1.3.5. O Relatório Geral de avaliação institucional	27
3.2. A Avaliação Externa da FIPMoc.....	28
3.3. A Reavaliação Interna da FIPMoc.....	28
3.4. Cronograma.....	29
3.5. Recursos Necessários	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
5. REFERÊNCIAS.....	33

*Para descobrir e criar é preciso primeiro questionar.
Pedro Demo*

1. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

1.1. A Avaliação Institucional no Contexto do Sistema de Avaliação do Ensino Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituído pela Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004, se propõe a avaliar a educação superior brasileira de forma sistêmica buscando dar conta da complexidade de um país com as dimensões e as contradições do Brasil.

Sabemos que as avaliações de desempenho dos estudantes, as avaliações dos cursos de graduação das instituições de ensino não se resumem apenas no ato de verificação das condições de ensino, mas principalmente em analisar, ou seja, emitir um juízo de valor sobre a coerência deste com a vocação institucional e social compatível com a região, o país e o mundo, sem esquecer dos marcos legais.

Nas palavras de BRASIL,

o sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. (BRASIL *apud* SANCHES, 2009, p. 61)

Assim, a busca por uma educação superior de qualidade se traduz não apenas em imposição determinada pelos marcos regulatórios previstos para o setor educacional, mas de forma direta na melhoria da qualidade de vida e no progresso do país como um todo.

1.2. *Avaliação, Planejamento e Recredenciamento Institucionais.*

A importância da avaliação institucional está presente em todos os atos da vida de qualquer instituição de ensino superior, desde o seu nascedouro que se dá com o credenciamento, a autorização e o reconhecimento dos cursos, o recredenciamento institucional e as renovações de reconhecimento de cursos.

De acordo com o que determina a LDB, em seus arts. 9º e 46º, o credenciamento e o recredenciamento institucional devem estar em permanente interação com as ações de avaliação.

As ações de avaliação é que devem subsidiar os processos de credenciamento e recredenciamento. Isto significa que o recredenciamento das universidades depende do desempenho demonstrado através das ações de avaliação. Obter uma boa performance nas avaliações é um pressuposto para a obtenção ou renovação do credenciamento de cursos e instituições. Este entendimento é reafirmado no § 2º do art. 17 do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que determina que “as avaliações(...) subsidiarão os processos de recredenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores”.

2. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS FIPMOC

2.1. *Histórico da Avaliação Institucional nas FIPMOC*

A Avaliação Institucional sempre foi uma experiência desenvolvida pelas FIPMOC desde a implantação de seu primeiro curso superior compreendida como instrumento de reflexão da *práxis* educacional, como única forma de aferir os significados do conhecimento produzido em todas as instâncias educacionais.

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação Superior - SINAES pela lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004, a Avaliação Institucional assumiu nova dinâmica com vistas ao enfrentamento do desafio de repensar o papel que as FIPMoc desempenham na sociedade local em constante mudança, marcada pela

complexidade dos diversos atores sociais com múltiplas funções e ideologias. O acesso das novas populações ao ensino superior, as competências e habilidades a serem adquiridas pelos egressos e a eterna busca da qualidade.

Assim, avaliar nas FIPMoc sempre foi e é percebido como a compreensão de suas finalidades, seu projeto, sua missão, seus valores, suas relações, a dinâmica de seu trabalho, seus princípios e cultura acadêmica.

2.2. Princípios e objetivos da Avaliação Institucional nas FIPMOC

As experiências já desenvolvidas permitem identificar as principais dificuldades e desafios para a sua consolidação crescente que se situam principalmente ao nível das condições para a sua operacionalização e utilização no planejamento para a melhoria institucional. Ao nível das concepções, objetivos e metodologias para a avaliação institucional, os avanços nas FIPMoc têm sido significativos.

Na linha de pensamento de Gadoti,

todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores. (GADOTI,

Neste contexto dos 10 anos de existência, as FIPMoc se preparam para um grande salto de excelência em qualidade buscando em seu lema “a fonte superior para o seu conhecimento” a consolidação de um processo de construção de um novo paradigma de educação superior, onde o ensino, a pesquisa e a extensão, são mesclados pelo projeto interdisciplinar como elemento globalizador, postura pedagógica que tem um princípio ativo, integrador e objetiva minimizar a artificialidade do ensino acadêmico tradicional, aproximando-o, o mais possível, da realidade social e das exigências do mercado de trabalho.

2.2.1 Princípios da Avaliação Institucional

Alguns princípios que orientam a Avaliação Institucional das FIPMOC são:

a) Globalidade: o objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou níveis fragmentados da mesma. Mesmo quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único. Historicamente as instituições têm iniciado seus processos de avaliação tomando o ensino nos cursos como a unidade básica de análise. Nas FIPMoc as unidades de análise a serem avaliadas inicialmente serão o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão administrativa e acadêmica e o ambiente de convívio interno entre a comunidade acadêmica;

b) Impessoalidade: a avaliação Institucional não toma como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnico-administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções no interior das FIPMoc. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer das FIPMoc, em função dos seus objetivos desejados;

c) Não punição e não premiação: embora em determinadas circunstâncias a avaliação possa assumir uma conotação de punição ou premiação, este não é o seu objetivo. Ela busca identificar pontos fortes e pontos fracos da instituição, com vistas respectivamente ao seu aprofundamento ou superação, sempre almejando o incremento da qualidade;

d) Respeito à identidade institucional: embora a avaliação institucional desenvolvida em cada instituição de ensino requiera alguma

padronização de instrumentos e indicadores de comparação inter-institucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas. Por isso a avaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional e vice-versa;

e) Credibilidade: a avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados e evidências utilizados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;

f) Continuidade e regularidade: a avaliação institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Este processo requer continuidade e regularidade, para que possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e de maneira constante no âmbito da Instituição;

g) Participação descentralizada: a avaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Esta participação coletiva só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional, no encaminhamento de medidas decorrentes dos resultados parciais no processo avaliativo;

h) Disposição para a mudança: a necessária relação dialética entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a inovação e a qualificação da vida universitária. Isto porque a avaliação não tem um sentido em si. Ela só faz sentido quando entendida com um instrumento permanente para re-alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Os seus resultados só alcançarão o potencial ótimo de inovação se, entre a comunidade acadêmica, houver o reconhecimento majoritário da precariedade e provisoriedade das práticas e entendimentos em vigor no interior da Instituição.

2.2.2. Objetivos da Avaliação Institucional

Os objetivos da Avaliação Institucional nas FIPMoc são:

- a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida acadêmica;
- b) Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos das FIPMoc;
- c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento das FIPMoc;
- d) Desenvolver um processo criativo de autocrítica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;

- e) Promover a transparência pela publicização do desempenho da instituição em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- f) Possibilitar a redefinição constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar as FIPMoc com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade regional;
- g) Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;
- h) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado do saber/fazer acadêmico, pelo confronto entre a auto-avaliação e a avaliação externa da instituição e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

2.3. As Dimensões da Avaliação Institucional

Para efeitos de fins acadêmicos a avaliação institucional pode ter como dimensões o ensino, a pesquisa e a extensão, já para a finalidade institucional podem-se avaliar os recursos humanos e materiais e a gestão acadêmica e administrativa.

Um breve histórico das dimensões e dos critérios utilizados pelas diversas propostas de avaliação institucional praticadas no Brasil, se constituem em experiências válidas para implementação de um novo projeto de avaliação institucional nas FIPMoc.

A proposta de Avaliação Institucional apresentada pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras em 2000 tinha como dimensões as serem avaliadas: a Missão, objetivos e vocação da Instituição, o ensino, a pesquisa, as relações externas, o corpo docente, o corpo discente, o corpo técnico-administrativo,

a administração acadêmica dos cursos, o controle de produto, a organização e governo, o planejamento e a avaliação, os recursos de informação, os recursos de infra-estrutura e os recursos financeiros.

Por outro lado, o Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001 também, apresentou outras dimensões para um projeto de avaliação, a saber: o grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora, o plano de desenvolvimento institucional, a independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição, a capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação, a estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação, os critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar, os programas e ações de integração social, a produção científica, tecnológica e cultural, as condições de trabalho e qualificação docente, a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas, os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

São várias as propostas de avaliação institucional que sugerem uma especificação diferenciada de dimensões. Isto significa que cada instituição deve escolher suas dimensões a partir das quais vai desencadear o processo de avaliação institucional, qualificando-as, suprimindo-as ou acrescentando-as à medida que a comunidade acadêmica for avançando neste processo.

A Avaliação Institucional das FIPMoc procura respeitar as dimensões mínimas previstas em lei, bem como levar em conta outras, a fim de que o processo de avaliação possa contemplar as dimensões consideradas mais importantes para o seu desenvolvimento. Neste sentido, são apresentadas na seqüência as principais dimensões para a avaliação institucional nas FIPMoc.

Destaca-se que a cada dimensão correspondem indicadores de desempenho institucional e que o comportamento destes indicadores podem ser considerados mais ou menos satisfatórios, tanto pela comunidade acadêmica das FIPMoc (auto-avaliação), quanto por especialistas do meio acadêmico (avaliação externa).

Com a implantação do SINAES pela Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004, cujo objetivo é assegurar um processo nacional de avaliação das instituições

de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes a avaliação institucional das FIPMoc seguem um roteiro estabelecido pelo marco regulatório nacional.

Enfim, o processo de avaliação institucional nas FIPMoc será desenvolvido a partir das seguintes dimensões iniciais:

- 1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
- 2) Perspectiva Científica e Pedagógica Formadora;
- 3) Responsabilidade Social da Instituição;
- 4) Comunicação com a Sociedade;
- 5) Política de pessoal - Carreira - Aperfeiçoamento - Condições de Trabalho;
- 6) Organização e gestão da Instituição;
- 7) Infra-estrutura e recursos de apoio;
- 8) Planejamento e Avaliação;
- 9) Políticas de atendimentos aos estudantes;
- 10) Sustentabilidade financeira.

A partir destas dimensões são especificados como indicadores a serem pesquisados os seguintes elementos: o Ensino; a Pesquisa; a Extensão a Comunicação; o Ambiente e a Organização, a partir dos quais serão construídos os instrumentos e procedimentos para a coleta, análise e elaboração dos relatórios. Trata-se da operacionalização da avaliação institucional.

3. A OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação não se reduz à apresentação do desempenho das FIPMoc em relação a determinadas dimensões e indicadores considerados relevantes para a Instituição. Contudo, o conhecimento do desempenho da instituição nestas dimensões e indicadores é um pressuposto necessário para a avaliação. Por isso a avaliação institucional depende da montagem de um banco de informações

quantitativas e qualitativas que revele o seu desempenho em relação a determinadas dimensões e indicadores.

Segundo Demo (2000, p. 35), “para descobrir e criar é preciso primeiro questionar”, mas não o questionamento isolado e sem planejamento. Para ele, “pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem”. (DEMO, 2000, p. 16)

São estes desempenhos da instituição que deverão ser avaliados, a fim de determinar o seu significado em relação aos objetivos institucionais que as FIPMoc se propõe atingir a cada momento do seu planejamento institucional.

Isto significa que o desempenho da instituição em determinadas dimensões e indicadores, não tem um sentido em si, nem satisfatório e nem insatisfatório. O sentido do desempenho da instituição em cada dimensão e indicador deverá ser considerado satisfatório sempre que o seu comportamento contribuir para a realização dos objetivos a que a instituição se propõe em seu planejamento (e vice-versa).

Portanto, a avaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões e indicadores de desempenho. Mas a avaliação propriamente dita consiste em determinar se e em que grau ou medida estes desempenhos são satisfatórios ou não para a realização dos objetivos que a instituição se propõe atingir em seu processo de desenvolvimento.

Enquanto integrada no contexto do Ensino Superior Brasileiro e Nortemineiro, as FIPMoc também necessita avaliar o seu desempenho comparativamente ao alcançado por outras Instituições de ensino superior. Não se trata de disputar posições num “Ranking”, mas, sim, de utilizar os desempenhos alcançados por outras IES, como um parâmetro externo e relativamente isento de referência para balizar os processos de avaliação e planejamento institucional.

É por esta razão que o processo de avaliação institucional procura combinar procedimentos de auto-avaliação e de avaliação externa em seu desenvolvimento. A auto-avaliação pela própria instituição deve preceder a avaliação externa. Por outro lado, a responsabilidade e as decisões cabem à própria instituição.

Por isso, na sequência da avaliação externa é necessária uma reavaliação interna pela própria FIPMoc. Isto significa que o processo de avaliação institucional pode ser dividido em **cinco etapas principais**:

- 1) Planejamento institucional;
- 2) Auto-avaliação;
- 3) Avaliação externa;
- 4) Reavaliação interna das FIPMoc;
- 5) Revisão do Planejamento institucional.

A ausência de um planejamento institucional formalizado não impede o desencadeamento do processo de avaliação institucional, a partir da auto-avaliação. Isto porque esta ausência já constitui uma dimensão importante para a auto-avaliação e, principalmente, porque é justamente a avaliação institucional que deve orientar o processo de planejamento das FIPMoc. Trata-se de um processo dialético de relações entre planejamento e avaliação, cuja dinâmica está orientada para a melhoria da qualidade das FIPMoc.

Como o objetivo mais específico aqui é a avaliação, apresentamos a seguir uma seqüência do processo de operacionalização da auto-avaliação, avaliação externa e reavaliação interna das FIPMoc.

3.1. A Auto-Avaliação das FIPMoc

A avaliação institucional depende da montagem de um banco de informações quantitativas e qualitativas que revele o seu desempenho em relação a determinadas dimensões e indicadores. Trata-se de uma iniciativa da própria instituição para conhecer a si mesma e que deve necessariamente preceder a avaliação externa. A sua operacionalização depende da definição pela própria instituição de uma série de questões, que procuramos detalhar na sequência.

3.1.1. O que avaliar?

As dimensões iniciais para a realização da avaliação institucional nas FIPMoc foram destacadas anteriormente. Aquelas dimensões apontam as questões a serem objeto de avaliação nesta fase inicial nas FIPMoc. Isto significa que sobre elas é preciso montar um banco de informações quantitativas e qualitativas sobre o seu desempenho, como pressuposto para a sua avaliação.

3.1.2. Quem deve providenciar as informações?

A avaliação somente será institucional se for desenvolvida com a participação e a responsabilização de diferentes segmentos e instâncias das FIPMoc. Ela não é tarefa individual de grupos ou setores específicos da instituição, mas responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, que se preocupa com o desenvolvimento da qualidade na Instituição.

Também não é um processo anárquico sem direção e planejamento. As iniciativas e a coordenação do processo cabem, em primeira instância, à Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA, mas as responsabilidades são compartilhadas por todas as instâncias deliberativas e executivas em todos os níveis da administração das FIPMoc.

Por isso, para a produção das informações indispensáveis à realização da avaliação institucional é necessário o envolvimento de toda a comunidade acadêmica e, em especial, de setores que centralizam e administram dimensões específicas da vida institucional. A idéia básica é utilizar da maneira mais completa possível às informações já disponíveis (porém dispersas) no interior da IES, complementando-as apenas na medida da necessidade.

Destaca-se que as informações indispensáveis à realização da avaliação institucional são de diferentes naturezas. Uma modalidade de informações remete para a experiência pessoal de cada um na vivência institucional das FIPMoc, a fim de identificar os graus de satisfação ou insatisfação em relação aos indicadores ou questões em avaliação.

Estas informações serão coletadas através de questionários específicos por segmentos da comunidade acadêmica, preferencialmente, com perguntas fechadas e de múltipla escolha. É claro que, se tomado como um instrumento exclusivo de apreensão das opiniões e apreciações da comunidade acadêmica sobre dimensões e indicadores em avaliação, este instrumento pode ser considerado limitado e até reducionista.

Isto por que, neste caso, a expressão de pontos de vista, concepções e apreciações, diferentes das propostas pelo questionário, e sua explicação e justificação poderiam ficar prejudicadas (embora tenha a vantagem de facilitar o acompanhamento objetivo de indicadores, agilizar a tabulação das respostas e favorecer a análise comparativa entre segmentos internos das FIPMoc, ao longo do tempo e em relação a outras IES.

É exatamente para evitar esta limitação e/ou reducionismo, que o projeto prevê a produção de relatórios de avaliação descentralizados, sob a responsabilidade dos diferentes setores da vida acadêmica das FIPMoc.

A geração de tais relatórios requer a análise dos dados coletados, lançando-os em gráficos, relacionando-os entre si concluindo, assim, essa etapa do processo.

Na análise dos dados, é importante explorar e cruzar, de todas as formas possíveis, dados quantitativos e qualitativos para a geração de idéias, a verificação de hipóteses, a elaboração de conclusões ou indicação de planos de ação etc. A combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, tanto para coleta quanto análise de dados, permite estabelecer conclusões mais significativas a partir dos dados coletados, conclusões estas que nortearam condutas e formas de atuação em diferentes contextos.

Na produção destes relatórios, é preciso discutir as informações disponíveis e, principalmente, o seu significado para o desenvolvimento da qualidade nas FIPMoc. Em outras palavras, a explicação da realidade apresentada através das informações requer necessariamente a explicitação e o confronto de pontos de vista, concepções e apreciações existentes entre a comunidade acadêmica.

Por outro lado, além das informações produzidas através dos questionários, todos os membros da comunidade acadêmica, agregados através de diferentes instâncias da vida institucional e da hierarquia organizacional, auxiliarão na produção de informações específicas sobre o desempenho objetivo da instituição em relação às dimensões e indicadores em avaliação.

Na sequência detalhamos quais são estas informações mínimas/indispensáveis e a quem cabe a responsabilidade pelo fornecimento das mesmas, a fim de que estas possam ser organizadas e tratadas pela Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA e disponibilizadas para subsidiar a produção dos relatórios de avaliação institucional.

3.1.2.1. Corpo discente

Os acadêmicos participarão em pelo menos dois momentos na produção de informações para a avaliação institucional. Primeiro, através do preenchimento do questionário sócio-econômico durante o processo seletivo do vestibular. Estas informações permitem acompanhar o perfil dos alunos das FIPMoc por Curso, área pretendida.

Cabe ao Setor de Tecnologia da Informação - TI, em conjunto com a Comissão do Vestibular, fornecer o relatório anual do perfil dos alunos matriculados na primeira série de cada curso de graduação.

Segundo, os acadêmicos também serão convidados a responder a um questionário (modelo em anexo) sobre os níveis de satisfação com o desempenho das FIPMoc nas dimensões em avaliação e, em especial, sobre o desempenho dos cursos de graduação.

Estamos optando por uma pesquisa realizada semestralmente, via questionários eletrônicos (é garantida a anonimidade na coleta dos dados), a serem preenchidos no momento das matrículas, sendo considerados satisfatórios uma amostra de aproximadamente dez (10) acadêmicos por período de cada curso de graduação (cerca de 750 acadêmicos), o que atualmente corresponde a aproximadamente 25% do total de alunos.

A aplicação dos questionários será de responsabilidade do setor de Tecnologia de Informação e, a tabulação e elaboração de planilha das respostas pela assessoria de tecnologia da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA.

Através deste questionário é possível obter informações sobre os níveis de satisfação dos alunos com o desempenho das FIPMoc em cada curso de graduação, nas respectivas dimensões em avaliação.

3.1.2.2. Corpo docente

A totalidade do corpo docente das FIPMoc deverá responder a um questionário eletrônico sobre os níveis de satisfação em relação ao desempenho das FIPMoc nas dimensões em avaliação.

A aplicação do questionário (modelo em anexo) será de responsabilidade do setor de Tecnologia de Informação e sua tabulação e elaboração das planilhas das respostas por cursos da assessoria de tecnologia da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA.

Cada docente deverá, ainda, informar no Questionário Eletrônico o número de publicações (livros; capítulos de livros; artigos em periódicos internacionais, nacionais e regionais; artigos em jornais), trabalhos apresentados em eventos científicos (internacionais, nacionais e regionais) e outras atividades acadêmicas (palestras, cursos, mesas redondas, assessorias etc) desenvolvidas nos 03 (três) anos anteriores a avaliação.

Cabe ainda, as Coordenações de Curso, durante os semestres letivos, coletar e enviar tais informações à Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA, como forma de subsidiar os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos respectivos cursos.

3.1.2.3. Egressos

Os egressos também serão convidados a responder a um questionário (modelo em anexo) sobre os níveis de satisfação com o desempenho das FIPMoc nas dimensões em avaliação e, em especial, sobre o desempenho de seu curso de

graduação e as transformações que ocorridas devido a influência exercida pela sua formação.

Tal proposta visa ainda institucionalizar uma política de acompanhamento de egressos que não apenas através de programas de formação continuada, tais como cursos de Pós-Graduação e Extensão ofertados pelas FIPMoc a seus egressos.

A aplicação dos questionários será de responsabilidade do setor de Tecnologia de Informação e, a tabulação e elaboração de planilha das respostas pela assessoria de tecnologia da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA.

Através deste questionário é possível obter informações sobre os níveis de satisfação dos egressos com o desempenho das FIPMoc em cada curso de graduação, nas respectivas dimensões em avaliação.

3.1.2.4. Coordenações de Curso

Cabem as Coordenadorias de Curso prestar todas as informações pertinentes ao funcionamento do ensino na instituição, tais como: projeto pedagógico dos cursos; desdobramentos das disciplinas; semanas acadêmicas; projetos de ensino; programas de apoio aos alunos; monitorias de ensino; modalidade de estágios e iniciação profissional dos alunos; modalidade dos trabalhos de conclusão de curso (TCC); modalidade de avaliação dos alunos; modalidade das aulas (práticas e teóricas); laboratórios disponíveis e carências para o ensino; atividades de formação complementar realizadas pelos alunos (oficinas, cursos de extensão etc); palestras e treinamentos específicos etc.

3.1.2.5. Setor de Pesquisa e Pós-Graduação

Pela natureza de suas competências, cabe a este Setor, fornecer as informações relativas à projetos de pesquisa em desenvolvimento, projetos com financiamentos de agências de fomento, bolsas de iniciação científica, cursos de

pós-graduação (*lato e stricto sensu*), grupos e linhas ativas de pesquisa, convênios com instituições de pesquisa etc.

A apresentação destas informações deverá ser por cursos que são as unidades de lotação funcional dos docentes nas FIPMoc, como forma de subsidiar os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento de cada curso de graduação.

3.1.2.6. Setor de Extensão

Cabem aos coordenadores dos laboratórios específicos de cada cursos, tais como Núcleo de Assistência à Saúde – NASPI, do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, Laboratório de Publicidade e Propaganda – LAPP prestar as informações relativas aos projetos e cursos de extensão em desenvolvimento, projetos desenvolvidos com apoio financeiro, bolsas de apoio para acadêmicos, prestação de serviços, convênios com instituições e organizações da sociedade civil, promoção de eventos, participação em eventos da área e trabalhos apresentados etc.

Também deveram informar sobre o desenvolvimento de atividades esportivas e artístico-culturais, especificando sua abrangência no âmbito social e o envolvimento de segmentos da comunidade acadêmica (quem, onde, quantos, o que etc.). As informações deverão ser apresentadas, preferencialmente, por cursos, onde os docentes e técnico-administrativos estão lotados funcionalmente.

3.1.2.7. Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica deverá prestar todas as informações pertinentes ao funcionamento do ensino na instituição, especificamente por cursos. As informações prestadas devem incluir questões como: evolução das matrículas por série, de cada curso; trancamento de matrículas, desistências; reprovações; tempo para a conclusão do curso; número de formandos; número de reprovações, aprovações e desistências do mesmo; relação candidato/vaga no vestibular; frequência às aulas; número de pedidos de revisão de notas e avaliações, etc.

3.1.2.8. O corpo técnico-administrativo

A totalidade do corpo técnico-administrativo das FIPMoc deverá responder a um questionário (modelo em anexo) sobre os níveis de satisfação em relação ao desempenho das FIPMoc nas dimensões em avaliação.

A participação do corpo técnico-administrativo será de responsabilidade das respectivas chefias dos setores, que deverá garantir a capacitação de todos os envolvidos no processo de coleta eletrônica dos dados, enquanto a tabulação e a elaboração da planilha com as respostas por setor, da assessoria de tecnologia da Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA.

Cada auxiliar técnico-administrativo deverá ainda informar à respectiva Chefia de setor as atividades de aperfeiçoamento (palestras, cursos, treinamentos, assessorias, etc.) desenvolvidas nos 03 (três) anos anteriores à avaliação.

3.1.2.9. Direção Acadêmica

Caberá a Direção Acadêmica prestar todas as informações pertinentes ao funcionamento do ensino de graduação na instituição, especificamente por curso de graduação.

As informações prestadas devem incluir questões como: evolução das matrículas por série, de cada curso; trancamento de matrículas, desistências; reprovações; tempo para a conclusão do curso; número de formandos; projeto pedagógico dos cursos; desdobramentos das disciplinas; semanas acadêmicas; projetos de ensino; programas de apoio aos alunos; monitorias de ensino; modalidade de estágios e iniciação profissional dos alunos; modalidade dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) e reprovações, aprovações e desistências do mesmo; relação candidato/vaga no vestibular; modalidade de avaliação dos alunos; modalidade das aulas (práticas, teóricas etc); laboratórios disponíveis e carências para o ensino; atividades de formação complementar realizadas pelos alunos; frequência às aulas; palestras e treinamentos específicos; número de pedidos de revisão de notas e avaliações etc.

Também devem ser prestadas informações sobre a composição e o funcionamento dos colegiados de curso, dos núcleos docentes estruturantes – NDEs, seu funcionamento e composição, Colegiados dos Cursos de Graduação, seu funcionamento e composição.

Enfim, são informações indispensáveis, para as quais a Direção Acadêmica deverá contar com a colaboração das secretarias acadêmicas e das coordenações de curso.

3.1.2.10. Gestão de Pessoas

Pela natureza de suas competências, cabe ao setor de gestão das pessoas fornecer as informações relativas à titulação docente, regime de trabalho, tempo de experiência de magistério superior na IES e no ensino superior, docentes em processo de titulação, remuneração média, admissões, demissões, afastamentos, assiduidade, cursos de aperfeiçoamento dos técnicos-administrativos tais, como palestras, cursos, treinamentos, assessorias etc.

3.1.2.11. Vice-direção

Cabe à Vice-direção prestar as informações relativas aos projetos de extensão em desenvolvimento, cursos de extensão, prestação de serviço, convênios com instituições e organizações da sociedade civil, promoção de eventos, participação em eventos da área e trabalhos apresentados etc. Também deverá informar sobre o desenvolvimento de atividades esportivas e artístico-culturais, especificando sua abrangência no âmbito social e o envolvimento de segmentos da comunidade acadêmica (quem, onde, quantos, o que etc.).

Caberá ainda a este setor prestar informações sobre o número de salas de professores, sala de reuniões, gabinetes de trabalho para professores, salas de aulas, laboratórios e equipamentos de informática, acervo bibliográfico em número

de títulos e exemplares, periódicos, e serviços prestados aos estudantes pela biblioteca.

Na medida do possível, as informações deverão ser apresentadas por cursos ou áreas do conhecimento envolvidas.

3.1.2.12. Diretoria Financeira

É dever da Diretoria Financeira das FIPMoc elaborar anualmente o orçamento da IES, assim como o controle e acompanhamento da proposta orçamentária, dentre outras atividades. Portanto, também é um setor que mantém uma base de dados indispensáveis à avaliação institucional.

Por isso, cabe à Diretoria Financeira, fornecer planilhas com informações sobre o orçamento anual da IES, bem como sobre o regime de trabalho e horas atividades destinadas aos docentes em cada curso para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e capacitação.

Estas informações devem ser agrupadas por cursos, e corresponder a uma sequência semestral e, em específico, informações relativas ao perfil dos docentes por cursos e dos técnico-administrativos por setores poderão complementar este diagnóstico.

3.1.2.13. Direção Executiva

A Direção Executiva caberá prestar informações, sobre as previsões orçamentárias e a realização / destinação dos investimentos realizadas no interior das FIPMoc, como forma de se especificar a destinação dos recursos em cada curso.

É preciso conhecer onde são investidos os recursos, quem usufrui e o que se paga com os mesmos. Por exemplo: reagentes para laboratórios; alimentação; aquisição de bibliografias, aquisição de computadores e *software* etc. Estas informações devem possibilitar a identificação dos cursos e atividades beneficiadas com os percentuais de recursos disponíveis na instituição como a finalidade de orientar o seu planejamento.

3.1.3. Quem deve avaliar? Quem deve produzir relatórios de Avaliação da Instituição?

A avaliação institucional pressupõe e depende de informações confiáveis e fidedignas sobre dimensões consideradas importantes para o desenvolvimento das FIPMoc. Estas informações devem ser organizadas e tornadas públicas, a fim de que a sociedade e a comunidade acadêmica (interna e externa) possam discutir os seus significados para o desenvolvimento da qualidade institucional.

Isto significa que o sentido do desempenho da instituição em cada dimensão e indicador deverá resultar de um amplo processo de discussões envolvendo os segmentos internos e externos das FIPMoc. Neste processo cabe, em primeiro lugar, às diferentes instâncias internas da instituição (Coordenações de Curso, Direções Executiva e Acadêmica, Colegiados de Curso e ao Conselho Superior etc.) determinar se e em que grau ou medida estes desempenhos são satisfatórios, ou não, para a realização dos objetivos que as FIPMoc se propõe atingir em seu processo de desenvolvimento, nos diferentes níveis da vida acadêmica.

Para ser institucional, a avaliação deverá abranger todos os níveis e instâncias das FIPMoc. Isto significa que, além do relatório geral de avaliação da instituição, cada curso de graduação também deverá produzir o seu relatório. Da mesma forma cada Setor também deverão produzir relatórios específicos sobre o desempenho da instituição nas dimensões e indicadores que lhe são mais pertinentes.

Portanto, quem deve avaliar? Toda a comunidade acadêmica deve avaliar o seu desempenho e o da instituição nos diferentes níveis da vida acadêmica. Quem deve dizer se o desempenho das FIPMoc é satisfatório ou não é a própria faculdade.

Isto implica no desenvolvimento de uma “cultura de avaliação” (e planejamento) constantes e regulares na instituição. A avaliação deverá se converter numa prática rotineira nos diferentes níveis e instâncias da faculdade.

Contudo, por este não ser um processo anárquico, é preciso começar por alguns aspectos, avançando gradativamente até a avaliação abranger o conjunto e cada setor das FIPMoc. Assim, é preciso começar pelo levantamento e a

organização do máximo possível de informações e dados relativos às dimensões e indicadores de avaliação institucional.

Na seqüência, é preciso tornar estas informações públicas e desafiar as diferentes instâncias da vida institucional a refletirem sobre o seu significado (satisfatório ou não) para o desenvolvimento da qualidade na faculdade. Deste processo, deverão resultar “relatórios parciais de avaliação”, relativos a dimensões e indicadores específicos de desempenho.

Da mesma forma, também deverá ser elaborado um “relatório geral de avaliação institucional”, cujo texto deverá ser amplamente debatido e assumido pelas instâncias executivas e deliberativas das FIPMoc como uma referência obrigatória para o seu planejamento.

Após a sua discussão e readequação, o mesmo poderá ser submetido à avaliação de consultores externos às FIPMoc e, na seqüência, novamente discutido e reavaliado internamente na faculdade como forma de orientar o seu planejamento.

Portanto, do processo de avaliação institucional deverão resultar periodicamente vários relatórios parciais e um relatório geral de avaliação das FIPMoc, conforme detalhado a seguir:

3.1.3.1. Relatório de Avaliação das Coordenadorias de Cursos

Cada coordenação de curso deverá produzir periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis, relatório de avaliação do desempenho do ensino no respectivo curso, levando em conta outras dimensões e indicadores que interferem positiva ou negativamente no mesmo, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

3.1.3.2. O Relatório de Avaliação dos Recursos Humanos

Considerando a composição e as atribuições profissionais dos recursos humanos que atuam na faculdade, cabe a gerência de recursos humanos produzir periodicamente um relatório de avaliação do seu desempenho, destacando questões

como o seu perfil, localização, remuneração média, titulação, admissões, demissões, licenças, assiduidade, idade, gênero etc.

3.1.3.3. O Relatório da Diretoria Acadêmica

A Diretoria Acadêmica deverá produzir periodicamente, a partir das informações e dados disponíveis em cada curso de graduação um relatório de avaliação do desempenho do ensino na Instituição, levando em conta outras dimensões e indicadores que interferem positiva ou negativamente nos mesmos, bem como o seu planejamento explicitado no Projeto Pedagógico Institucional - PPI.

3.1.3.4. O Relatório da Diretoria Executiva

A Direção Executiva caberá produzir periodicamente um relatório de avaliação qualitativa do desempenho da instituição como um todo na realização de suas receitas e despesas, especificando o significado dessas realizações no contexto do desenvolvimento da qualidade institucional. Isto significa não apenas relatar o que, onde e para que se realizam receitas e despesas mas, principalmente, refletir sobre a contribuição das mesmas para o desenvolvimento institucional.

3.1.3.5. O Relatório Geral de avaliação institucional

Elaborado pela Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA, deverá contemplar conjuntamente todas as dimensões e indicadores de avaliação destacados anteriormente. Apesar de elaborado pela CPA, o mesmo deverá refletir as opiniões majoritárias de toda a comunidade acadêmica, razão pela qual o seu conteúdo deverá ser submetido à discussão e apreciação dos diferentes segmentos da vida acadêmica. A síntese resultante dessas discussões e apreciações poderá submetida à avaliação de consultores externos, retornando posteriormente para a reavaliação interna e a revisão do planejamento institucional.

3.2. A Avaliação Externa da FIPMoc

A avaliação externa da Universidade não deve ser confundida com a “imagem” ou a “representação” que a sociedade regional mantém acerca de dimensões da vida institucional das FIPMoc. A avaliação externa é um exame detalhado e aprofundado da auto-avaliação realizada pelas FIPMoc, por uma Comissão de Especialistas em avaliação de desempenho de Instituições de Ensino Superior. Por isso, ela deverá resultar na elaboração de parecer escrito da Comissão de Avaliadores Externos, no qual são examinados, discutidos e destacados os méritos, os equívocos e as omissões percebidas através de sua auto-avaliação. Da mesma forma, o parecer poderá apontar sugestões para o planejamento do desenvolvimento da qualidade institucional.

Para a definição dos avaliadores externos considera-se fundamental observar a experiência desses peritos em processos de avaliação em outras universidades e seu reconhecimento pela comunidade acadêmica nacional. Por outro lado, para que a avaliação externa respeite a diversidade de características e a fase de desenvolvimento institucional das FIPMoc, bem como o seu contexto regional de inserção social, ela deverá contemplar uma visita *in loco* à faculdade, com possibilidade de interação com suas instâncias executivas, deliberativas e a comunidade acadêmica em geral. Da mesma maneira, além da entrega de parecer escrito da Comissão, é fundamental a sua apresentação e discussão pública, com a comunidade acadêmica das FIPMoc. O detalhamento operacional da avaliação externa será apresentado no cronograma e os custos para a sua execução deverão ser previstos pela universidade.

3.3. A Reavaliação Interna da FIPMoc

Assim como a auto-avaliação realizada pelas FIPMoc, o parecer com o exame da comissão de avaliação externa não deve ser considerado absoluto e inquestionável. No processo de avaliação institucional, a responsabilidade e a palavra final sempre pertencem à própria instituição. A avaliação externa visa proporcionar um olhar mais isento e independente dos vínculos e interesses

presentes no interior das FIPMoc, a fim de contribuir para uma avaliação de maior qualidade e um planejamento mais realista e consequente.

Por isso, os relatórios gerados pelas avaliações internas e o parecer com o exame da comissão externa, deverão ser amplamente discutidos por toda a comunidade acadêmica das FIPMoc, a fim de que resulte num relatório final de avaliação da faculdade.

Este relatório deverá ser amplamente divulgado tanto entre a comunidade acadêmica das FIPMOC quanto para a sociedade em geral, como um mecanismo de publicização e de prestação de contas do desempenho da Instituição.

Por outro lado, este relatório será a referência obrigatória para a retroalimentação do processo regular de avaliação institucional, conforme prevê a LDB de 1996, bem como para o planejamento do desenvolvimento institucional.

A reavaliação interna pela faculdade também deverá contemplar a avaliação do próprio processo de avaliação institucional a fim de que este possa ser revisto e melhorado para o reinício do processo. Não existem receitas prontas e nem projetos perfeitos de avaliação. Cada instituição deverá, continuamente, formular e qualificar o processo de avaliação ao longo do seu exercício. É por isso que deve haver continuidade e regularidade para a qualificação do processo de avaliação das FIPMoc, e uma estreita ligação entre avaliação e planejamento institucional.

3.4. Cronograma

Período	Atividade
De fevereiro a abril de 2010	<ul style="list-style-type: none">• localização e análise da documentação e da bibliografia disponível sobre Avaliação Institucional;• levantamento da legislação pertinente à matéria, tanto em termos de sua evolução, quanto daquela que está em vigor;• elaboração de texto provisório com a síntese do Histórico da Avaliação Institucional das FIPMoc, suas conquistas e dificuldades;

	levantamento e discussão de idéias para a elaboração de um projeto regular e contínuo de avaliação institucional nas FIPMoc.
De maio a junho de 2010:	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração do esboço para um projeto de avaliação institucional nas FIPMoc. Este esboço deverá ser submetido à análise da Diretoria Executiva, Diretoria Acadêmica e Coordenadorias de Cursos e Vice direções para apreciação e formulação de sugestões.
Junho 2010	<ul style="list-style-type: none">• Após aprovação do Projeto de Avaliação Institucional das FIPMoc.• preparação dos questionários e elaboração dos programas para a pesquisa eletrônica dos resultados;• encaminhamento das solicitações de informações aos setores internos da faculdade, especificados no projeto;
Julho de 2010	<ul style="list-style-type: none">• aplicação da primeira série de questionários de avaliação aos docentes, técnico-administrativos e discentes das FIPMoc.
De setembro a outubro de 2010	<ul style="list-style-type: none">• organização e envio aos setores internos da faculdade de um banco de informações sobre as dimensões e indicadores da Avaliação. Estas informações serão a base para a elaboração dos relatórios parciais e relatório geral de auto-avaliação das FIPMoc.
Novembro de 2010	<ul style="list-style-type: none">• elaboração dos relatórios parciais provisórios de auto-avaliação das FIPMoc.
Dezembro de 2010	<ul style="list-style-type: none">• análise, discussão e coleta de sugestões para a redação definitiva da proposta de relatório geral de auto-avaliação da faculdade.

Janeiro de 2011	<ul style="list-style-type: none">• aplicação da segunda série de questionários de avaliação aos docentes, técnico-administrativos e discentes das FIPMoc.
Fevereiro de 2011	<ul style="list-style-type: none">• elaboração do relatório geral definitivo de auto-avaliação das FIPMoc.
Março de 2011	<ul style="list-style-type: none">• discussão do relatório de auto-avaliação a fim de identificar e qualificar os pontos fracos e fortes no desempenho da faculdades;• postagem do relatório final no sistema E-MEC.
Abril de 2011	<ul style="list-style-type: none">• Divulgação do Relatório Geral de Avaliação Institucional 2010 das FIPMoc.
Mai de 2011	<ul style="list-style-type: none">• Reavaliação e início do processo de avaliação institucional para o ano de 2011.

3.5. Recursos Necessários

A execução do projeto de avaliação institucional das FIPMoc depende da alocação de recursos de diferentes naturezas.

O principal refere-se ao empenho e participação decisiva dos recursos humanos da instituição, tanto na produção e organização das informações sobre o desempenho em dimensões e indicadores de avaliação, quanto na produção de relatórios e no exame, crítica e apresentação de sugestões ao longo de todo o seu desenvolvimento.

A necessidade desta participação e as responsabilidades de cada setor da comunidade acadêmica encontram-se especificadas no projeto de avaliação.

Para a tabulação e organização de informações para a avaliação institucional será necessário dispor questionários eletrônicos a serem desenvolvidos pelo Setor de tecnologia da Informação - TI, e de outros equipamentos de informática em geral.

A reprodução de questionários e cópias de projetos e relatórios para discussão, também representam um dispêndio de recursos necessários e de difícil dimensionamento neste momento.

A impressão e distribuição do projeto e relatórios também dependem de recursos financeiros a serem alocados pela instituição. Enfim, ao decidir pela implementação da avaliação institucional, as FIPMoc também precisa prever os recursos para a execução do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode ver a proposta de avaliação das FIPMoc é ambiciosa, mas compatível com a proposta institucional de se posicionar no contexto educacional do norte de Minas como a “a fonte superior para o seu conhecimento”.

Para Dias Sobrinho,

toda avaliação é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é por em movimento um conjunto articulado de estudos análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa. (DIAS SOBRINHO *apud* SANCHES, 2009, p. 46)

A adoção de um modelo de educacional diferenciado na implantação dos projetos pedagógicos das FIPMoc, visam romper com a fragmentação do conhecimento, elegendo como eixo integrador de seus currículos, um projeto científico educacional, denominado projeto interdisciplinar.

Fundamentando-se em teóricos da interdisciplinaridade, como: Georges Gusdorf, Hilton Japiassu, Angel Diego Márquez e, particularmente, com base nas publicações de Ivani Catarina Fazenda.

O projeto interdisciplinar caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pela integração das disciplinas num mesmo projeto de pesquisa. Nessa perspectiva, as FIPMoc construíram um novo paradigma de educação superior onde se mesclam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nossa avaliação institucional tem por pressuposto além de identificar os elementos indispensáveis à avaliação institucional no contexto do SINAES, avaliar a percepção dos atores institucionais acerca deste diferencial da instituição.

5. REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTI, Moacir.

SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni. **Avaliação Institucional.** Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

TRINDADE, Hélijo. **Desafios, institucionalização e imagem pública da CONAES.** Brasília: UNESCO, MEC, 2007.